



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Licença de Operação (LO) Nº 1469/2018 - 2ª Retificação

VALIDADE: 10 anos

(A partir da primeira emissão em 13/11/2018)

A PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, e entrou em vigor no dia 21 de fevereiro de 2017; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença à:

EMPRESA: TESC - TERMINAL SANTA CATARINA S/A

CNPJ: 01.115.535/0001-70

CTF: 40237

ENDEREÇO: AVENIDA ENGENHEIRO LEITE RIBEIRO, 99 **BAIRRO:** CENTRO

CEP: 89240-000 **CIDADE:** São Francisco do Sul **UF:** SC

TELEFONE: (47) 34712-121

NÚMERO DO PROCESSO: 02001.003264/2011-00

Referente ao empreendimento **Terminal Santa Catarina S/A - TESC.**

A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes constantes e demais documentos que, embora aqui não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Esta Licença de Operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, sendo que cópia das publicações deverá ser encaminhada ao IBAMA.

1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra:

- a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; ou
- c) Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.3. O empreendedor é o único responsável, perante o IBAMA, pelo atendimento às condicionantes postuladas nesta Licença.

1.4. Quaisquer alterações de projeto, ou em sua finalidade, deverão ser precedidas de autorização prévia do IBAMA.

1.5. Conforme art. 6º da Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 06 de outubro de 2014, os acidentes ambientais deverão ser comunicados via Sistema Nacional de Emergências Ambientais - SIEMA, imediatamente após o ocorrido, independente das medidas tomadas para seu controle. Esse sistema pode ser acessado no link: www.ibama.gov.br/emergencias-ambientais.

1.6. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência de um acidente ambiental deverá ser protocolado no IBAMA regional o Relatório de Atendimento a Emergências Ambientais contendo, no mínimo: (i) caracterização da área afetada devidamente georreferenciada; (ii) danos ambientais e/ou saúde; (iii) descrição

detalhada das medidas de intervenção implementadas e a eficiência verificada; (iv) proposta de encaminhamentos a serem adotados com cronograma (investigação confirmatória/detalhada, avaliação de risco, monitoramento, e demais medidas de intervenção e gerenciamento).

1.7. Em havendo necessidade de renovação desta Licença, o empreendedor deverá requerê-la num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

2.1. Entregar ao IBAMA, no prazo de 30 dias, o Plano de Controle Ambiental (PCA) revisado, atendendo as observações do Parecer Técnico nº 28/2023-NLA-SC/Ditec-SC/Supes-SC (SEI 15202036).

2.2. Executar, em conformidade com as metodologias, metas e indicadores aprovados, os seguintes programas ambientais integrantes do PCA:

- 2.2.1. Programa de Gerenciamento do Tráfego de Veículos de Carga;
- 2.2.2. Programa de Gerenciamento das Emissões Sonoras;
- 2.2.3. Programa de Gerenciamento das Emissões Atmosféricas;
- 2.2.4. Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos;
- 2.2.5. Programa de Monitoramento da Qualidade da Água;
- 2.2.6. Programa de Monitoramento de Bentos de Substrato Consolidado;
- 2.2.7. Programa de Monitoramento de Bioacumulação;
- 2.2.8. Programa de Monitoramento de Manguezais;
- 2.2.9. Programa de Monitoramento de Cetáceos;
- 2.2.10. Programa de Monitoramento de Tartarugas Marinhas;
- 2.2.11. Programa de Comunicação Social;
- 2.2.12. Programa de Educação Ambiental;
- 2.2.13. Programa de Gestão Ambiental da Dragagem de Manutenção;
- 2.2.14. Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos;
- 2.2.15. Programa de Gerenciamento dos Efluentes;
- 2.2.16. Programa de Monitoramento da Água de Lastro;
- 2.2.17. Programa de Controle e Manejo Integrado da Fauna Sinantrópica Nociva;
- 2.2.18. Programa de Monitoramento do Cinturão Verde;
- 2.2.19. Programa de Equipamentos.

2.3. Entregar, em formato digital, relatórios consolidados anuais dos programas de monitoramento ambiental, nos prazos específicos estabelecidos em seus cronogramas, avaliando e interpretando de forma integrada os dados levantados. Todos os planos, relatórios e programas devem ser elaborados e assinados por profissionais habilitados.

2.4. Apresentar relatórios bienais das Auditorias Ambientais, de acordo com a legislação vigente.

2.5. Manter atualizados o Plano de Gerenciamento de Riscos, Estudo de Análise de Risco, Plano de Emergência Individual e Plano de Ação de Emergências. Esses planos e estudos devem ser reapresentados ao IBAMA sempre que houver modificações operacionais, estruturais ou administrativas na área do terminal, independente das atualizações previstas na legislação.

2.6. A respeito do Componente Indígena, o empreendedor deverá obter a aprovação da Fundação Nacional do Índio FUNAI, considerando as recomendações constantes da Informação Técnica nº 152/2016/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, apresentada por meio do Ofício nº 715/2016/DPDS/FUNAI-MJ. Os encaminhamentos tomados deverão ser informados ao IBAMA.

2.7. As dragagem de manutenção somente poderão ser efetuadas mediante autorização do IBAMA. A solicitação desta autorização deverá ser apresentada na forma de um Plano Conceitual de Dragagem, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do início previsto para a dragagem, contendo as seguintes informações:

- (i) Levantamento batimétrico da área a ser dragada;

- (ii) Apresentação das cotas pretendidas e cotas de eventual projeto anterior;
- (iii) Delimitação da área a ser dragada com coordenadas georreferenciadas;
- (iv) Volume a ser dragado;
- (v) Delimitação das áreas de disposição propostas, com suas coordenadas georreferenciadas;
- (vi) Cronograma de execução;
- (vii) Características dos equipamentos de dragagem;
- (viii) Programa de Gestão Ambiental da Dragagem de Manutenção, conforme previsto no PCA.

2.8. Executar as demandas do IPHAN em relação aos bens culturais acautelados (atender ao Ofício N° 3360/2021/CNL/GABPRESI/PRESI-IPHAN).